



## FORMAÇÃO DOCENTE: CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE CRÍTICA

SILVIA REGINA ROSSO BLISSARI

Resumo:

O objetivo desse artigo é refletir sobre a importância da formação docente/emancipado, capaz de identificar dentro de sua atuação profissional o que é melhor para si, e conseqüentemente para as pessoas que o rodeiam. A formação de um cidadão com responsabilidades sociais, que entenda sua função na construção de sociedade baseada em uma prática social que vise disseminação da cidadania. A universidade como centro da educação sistemática e integrada à comunidade da qual faz parte, cabe a ela, oferecer situações que permitam aos profissionais desenvolverem suas potencialidades de acordo com as necessidades de uma sociedade complexa e globalizada.

Palavras chaves: Currículo, formação, papel da universidade, emancipação humana.

### 1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios das universidades está na formação de educadores para o nível de educação básica, a formação de professores para atuar na formação formal, contribuindo para que os nossos educandos exerçam conscientemente a sua cidadania, no que diz respeito a sua atuação como cidadão crítico e consciente de seus atos na vida em sociedade.

Para isso, os professores que atuam diretamente na formação de profissionais da educação devem repensar sua forma de ensinar, levando em consideração o contexto da educação e suas relações com a sociedade, enquanto sujeito histórico, cultural, enquanto ser “no mundo e com o mundo”, a partir das ideias e valores predominantes em cada época.

### 2. A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Com o crescimento de uma consciência pela necessidade de uma prática e oferecimento de uma educação de qualidade, o Brasil dá sinais de que a educação começa a melhorar. Isso se dá pelas reformas educacionais que no século XX foram intensas, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96). Essa lei pontua as necessidades de uma educação superior de qualidade para todos, reorientando os critérios de formação dos professores, dando sentido ao que se aprende nos bancos universitários.

Para que a Educação oferecida nas universidades tenha sentido para quem dela usufrui, será necessária uma transformação no modo de pensar dos professores/formadores. Não adianta as reformas nas leis, os Projetos Políticos Pedagógicos que no seu interior possuam uma ideologia almejada por toda a sociedade acadêmica, se na prática isso não ocorre.

Não se consegue mudar uma prática histórica baseada nas tradições culturais que a instituíram, somente por meio de decretos e leis. A forma arcaica que muitos professores/formadores ainda utilizam para preparar os futuros profissionais da Educação deixa a desejar. E iniciar uma nova fase na Educação necessita da desconstrução do modo de pensar a aprendizagem.

De acordo com Alarcão (2001, pg 80) repensar a educação é:

“Acreditar na possibilidade de mudança como resultado do esforço contínuo, científico, ético, solidário, coletivo e persistente que se processa em um movimento iniciado na reflexão feita sobre as ações efetivadas na espessura concreta do cotidiano e, dialeticamente, a ele retorna com maior qualidade e mais consistência, voltando com vigor epistemológico e com força coletiva para provocar rupturas e (re) construir”.

O professor/formador deve basear-se nos currículos de habilidades e competências e consequentemente na formação de um cidadão emancipado, seja capaz de entender que não está somente de passagem por aqui, mas que tem um papel fundamental na formação dos cidadãos que a sociedade complexa e globalizada deseja, apontando para a necessidade da universalização dos saberes, para que cada membro de um determinado contexto social possa participar no desenvolvimento de melhores condições de qualidade de vida. Pois, somente poderemos contribuir com a formação de alguém se acreditamos e defendemos os ideais pelos quais lutamos. Só poderemos ensinar, e desejar aos outros, o que acreditamos ser bom para nós.

A formação inicial dos professores envolve a reconstrução da prática acadêmica, essa deve refletir o desejo sobre a identidade do indivíduo na qual tem que vivenciar pelas experiências o que foi lhe passado na teoria. Deve-se levar em conta as características, práticas, sua complexidade, imprevisibilidade, singularidade e variabilidade, com alto grau de incerteza e de conflitos de valores para superar essa racionalidade fragmentada, defendendo uma epistemologia da prática em que a formação profissional acontece no contexto do exercício profissional, que é o grande desafio a ser superado.

A formação universitária dos profissionais da Educação, com ênfase na formação de um cidadão emancipado, deverá estar pautada em um profissional que compreenda o todo do ser humano, buscando o equilíbrio dentro de sua formação, considerando as exigências educacionais da formação docente que provêm do mundo do trabalho e, sendo ainda um profissional crítico, participativo, solidário, responsável, ético, fraterno, ecológico e espiritualizado, respeitando as pessoas e realizando ações que visem ao bem comum, comprometendo-se significativamente com o desenvolvimento pessoal e social, auxiliando seus pares em situações na vida futura.

Em suma, a universidade deve pautar-se na formação de profissionais da educação, priorizando “a formação de cidadãos com consciência dos direitos e deveres inerentes a uma sociedade democrática, que adotassem uma postura crítica diante das desigualdades sociais e se engajassem na sua superação, que compreendessem e assumissem praticamente que sua realização pessoal envolve também a realização das outras pessoas” (Tonet, 2005, pg 239).

### **3. CURRÍCULO UNIVERSITÁRIO E A PRÁTICA DE ENSINO**

Os componentes curriculares são responsáveis pelas práticas de ensino, propiciando o conhecimento teórico das diferentes concepções sobre as temáticas da formação docente, por meio de estudos, análises, reflexões sobre as teorias do conhecimento, da aprendizagem, enfocando aspectos pedagógicos, psicológicos, epistemológicos e metodológicos, fatores estruturantes do processo ensino e aprendizagem. Esses visam a articulação de diferentes componentes curriculares entre si, buscando a inserção dos futuros professores na realidade onde vão atuar.

Compreender o currículo, dentro de uma prática pedagógica, introduz questões novas, onde educador e aprendentes estão inseridos na discussão da função social da universidade, das relações de conhecimento que se tornam efetivas no processo de fazer currículo. Dessa forma, as pessoas que passarem pela universidade terão a oportunidade de serem “cidadãos preparados, formados de maneira diferente para poderem dar respostas mais adequadas, competentes, democráticas e eficazes aos enormes desafios que os esperam na nossa sociedade emergente” (Alarcão, 2005, pg 51).

O currículo permeado pelo pensamento crítico propicia ao indivíduo uma visão de mundo através da prática vivenciada, experienciada. Essas práticas vivenciadas são o que Tardif (2002) chama de “saberes sociais”<sup>1</sup>, esses são aprendidos na vivência do aprendente com sua profissão, [...] saberes são elementos constitutivos da prática docente. Pois, [...] o professor é sujeito de seu próprio trabalho e ator de sua pedagogia, pois, é ele quem modela, quem lhe dá corpo e sentido no contato com os alunos (Tardif 2002, p.149).

### **4. FORMAÇÃO DOCENTE E CIDADANIA**

A universidade é um dos palcos que pode promover a mudança na formação dos profissionais da educação. Essa deve oportunizar debates, reflexões entre seus atores para que esses comecem a entender seus papéis na busca pela formação de um profissional emancipado. Conduzindo a autorrealização dos indivíduos como “indivíduos ricos” humanamente (nas palavras de Marx), “capazes de uma transformação social, ampla e emancipadora”.

Para Adorno (2000), emancipar significa, “tomar decisões conscientes e independentes, por meio de uma consciência verdadeira, sendo a base de uma sociedade verdadeiramente democrática”. Emancipação e conscientização, racionalidade e ao mesmo tempo, adaptação dos homens ao mundo. Uma educação emancipatória deve desenvolver princípios individuais e sociais, com ênfase no bem estar individual e coletivo.

---

<sup>1</sup> Tardif define “saberes sociais” como um conjunto de saberes que dispõe uma sociedade e de educação – conjunto de processos de formação e de aprendizagem elaboradas socialmente e destinado a instruir os membros de uma sociedade com base nos saberes.

A solidariedade é um componente da cidadania, necessária à emancipação humana, ambas andam juntas, uma não ocorrerá sem a outra sem que os indivíduos envolvidos entendam seu significado dentro de si, pois, somente posso ensinar aos outros o que conhecemos em nosso íntimo, em nosso cotidiano.

Meszáros (2005), ainda afirma que a “educação deve ser continuada, permanente, ou não é educação”. Que as práticas educacionais oferecidas em qualquer nível de educação devem permitir aos educadores e aprendentes um trabalho conjunto para que as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa ocorram.

A base para uma sociedade mais justa está em oferecer uma “educação voltada para a cidadania e a solidariedade, essa passa por uma democratização da educação escolar, uma elevação do nível de informação e de reflexão de todos, quaisquer que sejam a profissão e a condição social em seu horizonte” (Perrenoud, 2005, pg 96).

O autor ainda reforça:

“Formar para a solidariedade é, portanto, formar indivíduos críticos, que querem e podem tornar-se autores, defender seus interesses, explicar e combater os mecanismos que engendram a violência, a miséria, a exclusão” (Perrenoud, 2005, pg 97).

É importante que o desejo pela solidariedade faça parte da dinâmica dos indivíduos e da sociedade. Deve estar intrínseco na maneira de educar, aprender, conhecer o viver dos seres humanos e dos grupos sociais. Para isso a formação dos educadores tem que perpassar por aprendizagens significativas, que são as que envolvem o ser humano por inteiro.

Girox(1986), destaca que para entender a educação cidadã/ emancipatória, é preciso enfatizar a participação ativa de todos dentro do processo de aprendizagem crítica, na compreensão das experiências dos envolvidos e a importância dos valores, o conhecimento das forças ideológicas que influenciam a vida de todos os envolvidos.

Referindo-se a isto, destaca Girox:

“Para que a educação para a cidadania se torne emancipatória, deve começar com o pressuposto de que seu principal objetivo não é “ajustar” os alunos a sociedade existente; ao invés disso, sua finalidade primária deve ser estimular as suas paixões, imaginação e intelecto, de forma que eles sejam compelidos a desafiar as forças sociais, políticas e econômicas que oprimem tão pesadamente suas vidas. Em outras palavras, os alunos devem ser educados para demonstrar coragem cívica, isto é, uma disposição para agir, como se de fato vivessem em uma sociedade democrática” (1986 pg 262).

Para Tonet (2005), “formar o homem como cidadão/emancipado é tomá-lo como membro da comunidade política e estruturar todo o processo educativo levando-o a agir conscientemente como tal, tanto na atividade especificamente educativa como na vida social, estruturando uma sociedade efetivamente livre, cidadãos”.

Essa formação vai além dos bancos universitários, ela perpassa pela maior parte de nossas vidas. A cada dia que vivemos aprendemos algo, contribuindo para o reequilíbrio de nossa formação enquanto sujeito.

## **5. REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DE UM DOCENTE EMANCIPADOR**

A universidade deve oportunizar por meio de seu currículo e vinculado a prática pedagógica, saberes<sup>2</sup> e competências que levem o profissional da educação que se pretende formar capaz de:

- Saber identificar, avaliar e fazer valer seus recursos, seus direitos, seus limites e necessidades;
- Saber, individualmente ou em grupo, conceber e implementar projetos e desenvolver estratégias;
- Saber analisar situações, relações, campos de força de maneira sistemática;
- Saber cooperar, agir em sinergia, participar de um grupo, compartilhar uma liderança;
- Saber construir e coordenar organizações e sistemas de ação coletiva de tipo democrático;
- Saber gerir e superar conflitos;
- Saber operar com as regras, utilizá-las, elaborá-las;
- Saber construir ordens negociadas para além das diferenças culturais (Perrenoud, 2005, pg 111).

Esses saberes e competências permitem que o professor aprenda a pilotar os percursos da formação, permitindo uma maior profissionalização, com a autonomia e a responsabilidade que a acompanham, dando ênfase numa prática reflexiva, negando a conformidade dos modelos didáticos fechados, que instigue uma cooperação profissional, onde essa cooperação torne-se uma regra comum dentro da comunidade educativa.

## **6. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA DO EDUCADOR**

Diante da complexidade da realidade, o desafio dentro da formação docente é redimensionar as propostas pedagógicas, contemplando a formação dentro de um processo de reconstrução dos projetos pedagógicos dos cursos de formação e das práticas pedagógicas dos educadores. Dando sentido ao embasamento teórico, integrando aos saberes constituídos historicamente, permitindo complexificar e assimilar os conhecimentos, dando oportunidade ao educando passar do saber empírico para o científico, de forma efetiva e reflexiva.

Para isso, o educador/formador precisa reconhecer o seu papel político, resgatando o sentido do ser humano, da vida, da prática pedagógica, vindo de encontro à realidade social do educando, propondo novos jeitos de caminhar em direção a transformação social.

Para Alarcão (2001), “essa transformação social possibilitará que a sociedade seja mais reflexiva, inteligente, flexível, resiliente, assentando-se em pressupostos organizacionais de democraticidade, abertura, consciência e sentimento de si, responsabilidade, autonomia e capacidade de partilha, promovendo o processo de autoconstrução humana”.

## 7. UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A educação emancipadora conduz o indivíduo a uma nova compreensão da natureza e dos seres humanos, indo além do conhecimento, levando a ações e atitudes para o viver e o conviver melhor. E para a implementação dessas atitudes, a educação precisa proporcionar o máximo de saberes e condições para que os seres humanos se libertem da ilusão que já aprenderam o suficiente para a vida, mas que procurem aprofundar e enriquecer seus saberes continuamente, para dessa maneira, integrar-se a uma sociedade cada vez mais complexa.

Permitindo a compreensão que para atender as necessidades da sociedade complexa, exige-se uma constante revisão dos processos de conhecimento e prática pedagógica, assim como ser humano/educador, partes desse processo também evoluem, e nessa evolução muda seus princípios, desejos e valores.

A emancipação humana dependerá da ação dos próprios homens para se tornar realidade, deverá ser entendida como uma atividade humana, que possibilita ao indivíduo apropriar-se do patrimônio comum a humanidade, constituindo-se como gênero humano.

Tonet (2005, pg 243), destaca alguns requisitos para que a atividade educativa emancipadora ocorra:

“O conhecimento amplo e aprofundado do último; o conhecimento, também o mais amplo possível, a respeito do processo social em curso; o conhecimento acerca da natureza e da função social da atividade educativa; a apropriação dos conhecimentos e habilidades nos campos mais variados da atividade humana e, por fim, a articulação da atividade específica da educação com as lutas sociais mais abrangentes”.

Pensar a educação, descrevê-la, desenvolvê-la, requer um desejo de mudança e uma vontade maior ainda de realizar uma tarefa, de se doar, onde o imprevisível nos acompanha diariamente. Trabalhar para que a educação emancipatória ocorra, requer a formação de um profissional da educação comprometido principalmente com o que está fazendo.

Nas palavras de Luck (2007), “o objetivo da educação emancipatória é, portanto, o de promover a superação da visão restrita de mundo, compreendendo a complexidade da realidade, permitindo ao ser humano compreender-se como ser determinante e determinado dentro de uma sociedade tão complexa”.

Para Teixeira (2000), “a vida do homem se faz pela educação e por educação. A civilização material é educação, e educação é, outrossim, toda a vida social. Vida é, com efeito, comunicação entre os homens. E comunicar é educação”.

“A tarefa da universidade é formar professores capazes de [...] preparar o homem novo (emancipado) para o mundo novo. Preparando o aprendente a provar [...] em sua plenitude, o prazer de conquista, passo a passo, o caminho de sua emancipação”. (Teixeira, 2000, p.20)

Educar para a emancipação precisa ser compreendido, como vivência de um processo de se conhecer e conhecer os outros. Por meio das vivências significativas, nas diversas linguagens pedagógicas, será construída a identidade pessoal, grupal e cultural do aprendente.

## 8. CONCLUSÃO

Pensar numa educação cidadã/emancipada, de qualidade, significa dar crédito às universidades, e a seus cursos de formação, na construção de novos paradigmas que respeitem as diversidades culturais, garantindo a democracia na sociedade se houver a participação de todos.

Está na universidade, e nos seus professores/formadores, assumir seu papel nessa transformação, é uma opção de todos ou de cada um. A Educação Emancipatória é produzida nos diversos processos de aprendizagem e, são eles que devem melhorar continuamente, mesmo que as mudanças encontrem múltiplas áreas de conflitos. Essa formação depende da proposta política pedagógica da universidade e das contribuições dos professores que no exercício de suas práticas propõem transformações sociais.

Para que essa Educação Emancipatória ocorra, fazem-se necessárias muitas mudanças, significativas dentro da educação, na sociedade, mas principalmente das pessoas que nela atuam, pois, como educadores só poderemos ensinar aos nossos semelhantes o que acreditamos ser bom para nós, incorporando essas ações emancipatórias ao cotidiano e que essas, se tornem tão necessárias à vida escolar quanto a presença de aprendentes e professores para que a universidade exista. Para isso, é necessário criar condições concretas para o exercício da cidadania, da democracia e conseqüentemente da emancipação do ser.

## REFERÊNCIAS:

ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001

\_\_\_\_\_. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

ADORNO. Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro. Paz e Terra 2000.

GIROX H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LUCK. Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Ed. 14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Beyond capital**. London: Merlin Press, 1998.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania: O papel da escola na formação para a democracia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

\_\_\_\_\_. **A prática reflexiva no ofício do professor. Profissionalização e razão pedagógica**.

TARDIF. Maurice. **Saberes docente e Formação profissional**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002

TEIXEIRA, A. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação** – A Escola Progressiva ou a Transformação da Escola, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Edunijuí, 2005